

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2022

WILL S.A. INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

The logo for Will Bank, featuring the word "will" in a bold, lowercase sans-serif font, followed by a solid yellow circle. Below this, the word "BANK" is written in a smaller, uppercase sans-serif font. The logo is centered within a large, light gray circle that is itself centered within a black outline of a smartphone.

will ●
BANK

Diretoria

Felipe Felix Soares de Sousa
Diretor Geral

Ricardo Saad Neto
Diretor Corporativo

Contadora

Liliane Vicente Bifano
CRC 1SP-326110/O-9

Relatório da Administração 2022

Receitas de Intermediação Financeira

As receitas financeiras compostas por mora, multa, encargos financeiros e floating, totalizaram R\$46 milhões no primeiro semestre de 2022, ante R\$21 milhões no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 122%.

Despesas com Intermediação Financeira

As despesas financeiras envolvem as nossas despesas com juros, também chamado de custo de captação, são principalmente despesas com emissão de CDB's e LC's pré e pós-fixados, distribuídos por corretoras parceiras, além de tarifas e encargos. No primeiro semestre de 2022, esses custos aumentaram 306% em relação ao mesmo período do ano anterior, é importante ressaltar que ao longo do período citado a taxa básica de juros SELIC aumentou 9 p.p., saindo de 4,15% a.a. em 30/06/2021 para 13,15% a.a. em 30/06/2022.

Resultado de Intermediação Financeira

Por conta das variações acima expostas, o resultado de intermediação financeira atingiu o montante de R\$30 milhões negativos no primeiro semestre de 2022, ante R\$1 milhão positivo no primeiro semestre de 2021.

Receitas com Prestação de Serviço

As receitas de serviços, compostas principalmente pela taxa de intercâmbio, tiveram um aumento de 68%, saindo de R\$46 milhões no primeiro semestre de 2021 para R\$77 milhões no primeiro semestre de 2022.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas, que englobam também as despesas com pessoal e infraestrutura, alcançaram no primeiro semestre de 2022 R\$96 milhões, um aumento em 68% comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento ocorreu por conta de: i) Aumento do quadro de colaboradores, necessário para acompanhar o crescimento das nossas operações e expansão de linhas de negócio; ii) início da nossa campanha nacional de branding, que impulsionou o nosso reconhecimento de marca e engajamento nas mídias da companhia; e iii) aumento das despesas de aquisição por conta do maior número de leads e também da nossa base de clientes.

Resultado Líquido

Em linha com a atual estratégia de crescimento da Companhia, o resultado líquido foi de R\$22 milhões negativos no primeiro semestre de 2021 para R\$50 milhões negativos no primeiro semestre de 2022.

Adicionalmente, a Administração declara, conforme requerido pela Circular BACEN 3068, sua intenção e capacidade financeira da Companhia para manutenção dos títulos destacados em nota explicativa 6 às demonstrações contábeis até os seus vencimentos.



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucris Zaidan, 1.240 -
4ª ao 12ª andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Will S.A. Instituição de Pagamento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Will S.A. Instituição de Pagamento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Will S.A. Instituição de Pagamento em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Homologação do Banco Central para funcionamento como Instituição de Pagamentos

Conforme descrito em nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis, em 18 de agosto de 2022, foi homologado e publicado no Diário Oficial, a aprovação do Banco Central do Brasil para a Will S.A. Instituição de Pagamento iniciar o funcionamento como instituição de pagamentos, nas modalidades de emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pago. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Deloitte.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Balancos Patrimoniais

EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa		57.457	103.942
Disponibilidades	5	57.457	103.942
Instrumentos Financeiros		1.121.846	1.041.995
Títulos e Valores Mobiliários	6	311.118	269.553
Recebíveis de Cartão de Crédito	7	816.436	783.922
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	7	(6.875)	(11.480)
Relações Interfinanceiras		1.166	–
Outros créditos	8	850.854	682.692
Ativos Fiscais Diferidos	15c	168.460	128.283
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	9	368.710	359.890
Imobilizado de Uso	10	30.031	25.429
Intangível	11	77.851	50.722
Depreciações e Amortizações	10/11	(26.052)	(22.951)
Total de Ativo		2.649.158	2.370.001
Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos e Instrumentos Financeiros		2.121.510	1.739.518
Depósitos	12a	35.607	32.985
Relações Interfinanceiras	12b	2.085.903	1.706.533
Obrigações por empréstimos e financiamentos		–	27
Provisões e Contingências Passivas	13	2.979	2.354
Outras Obrigações	14	254.333	309.190
Total do Passivo		2.378.822	2.051.089
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16	486.452	486.452
Reservas de Capital	16	15.737	14.764
Prejuízos Acumulados		(231.853)	(182.305)
Total do Patrimônio Líquido		270.336	318.912
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.649.158	2.370.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em Milhares de Reais - R\$, exceto o número de ações e (prejuízo) por ação)

	Nota	2022	2021
		1º Semestre	1º Semestre
Receitas de Intermediação Financeira		46.292	20.878
Receitas financeiras de operações de cartão de crédito	17a	25.293	13.146
Resultado de Títulos e valores mobiliários	6b	20.998	7.732
Despesas de Intermediação Financeira		(81.330)	(20.026)
Despesa de juros e similares		(70.694)	(11.041)
Despesa com tarifas e similares		(10.637)	(8.985)
Provisão para perdas associadas a recebíveis de cartão de crédito		4.605	-
Despesas com provisão para perdas associadas a recebíveis de cartão de crédito		4.605	-
Resultado de Intermediação Financeira	18a	(30.434)	853
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(54.908)	(37.294)
Receita de prestação de serviço	17b	77.422	46.109
Outras despesas relacionadas a crédito	18b	(29.607)	(26.847)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	18b	(20.631)	(5.732)
Despesas de pessoal	18b	(57.267)	(26.870)
Despesas tributárias	15b	(4.513)	(2.633)
Despesas de provisões	18b	(625)	(12)
Depreciação e amortização	18b	(8.189)	(2.856)
Outras despesas administrativas	18b	(18.159)	(24.439)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9	6.820	-
Outras receitas operacionais	17b	14.527	-
Outras receitas (despesas) operacionais	18b	(14.688)	5.988
Resultado antes de tributos e participações		(85.342)	(36.441)
Tributos e participações		35.793	13.946
IRPJ e CSLL diferidos	15a	35.793	13.946
(Prejuízo) do semestre		(49.549)	(22.495)
Número de Ações		300.000.000	300.000.000
(Prejuízo) por ação (em Reais)		(0,17)	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em Milhares de Reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>1º Semestre</u>	<u>1º Semestre</u>
(Prejuízo) do semestre	(49.549)	(22.495)
Resultado Abrangente do semestre	<u>(49.549)</u>	<u>(22.495)</u>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em Milhares de Reais - R\$)

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2020		149.750	296	(130.442)	19.604
Aumento de Capital	16	250.000	–	–	250.000
Investimento - Will Holding	16	86.702	13.827	–	100.529
Pagamentos baseados em ações		–	641	–	641
Resultado do semestre	16	–	–	(22.495)	(22.495)
Saldo em 30/06/2021		486.452	14.764	(152.937)	348.279
Mutações no período		336.702	14.468	(22.495)	328.675
Saldo em 31/12/2021		486.452	14.764	(182.305)	318.912
Pagamentos baseados em ações		–	973	–	973
Resultado do semestre		–	–	(49.549)	(49.549)
Saldo em 30/06/2022		486.452	15.737	(231.853)	270.336
Mutações no período		–	973	(49.549)	(48.576)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

		2022	2021
	Nota	1º Semestre	1º Semestre
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do Semestre		(49.549)	(22.495)
Ajustes ao resultado líquido			
Depreciação e amortização	18b	8.189	2.856
Despesa com provisão de liquidação duvidosa	18a	(4.605)	-
Resultado/compensação de tributos diferidos	15a	(35.793)	(13.946)
Provisões legais	18b	625	12
Rateio de despesas do 1º sem		(27.856)	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		(6.820)	-
Resultado Ajustado		(115.809)	(33.573)
Varição em ativos e passivos operacionais			
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	6	(41.565)	(8.869)
(Aumento)/Redução em Recebíveis de Cartão de Crédito	7	(32.514)	(376.021)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	8	(145.857)	53.645
Aumento/(Redução) em Depósitos	12a	2.623	(4.202)
Aumento/(Redução) em Relações Interfinanceiras	12b	379.369	332.322
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	14	(54.856)	102.359
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		107.200	99.234
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Participações em Coligadas e Controladas		(2.000)	-
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Uso e Intangível	10/11	(36.820)	(22.444)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		(38.820)	(22.444)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Obrigações por empréstimos e financiamentos		(27)	(21)
Pagamentos baseados em ações		973	51
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento		946	30
Caixa e equivalente de caixa		(46.485)	43.247
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do semestre		103.942	67
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do semestre		57.457	43.314
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		(46.485)	43.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

A Will S.A. Instituição de Pagamento ("Will Pagamento" ou "Companhia"), anteriormente Will S.A. Meios de Pagamento, é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303, Cj. 1001, 10º Andar, Condomínio WTORRE UNIDAS TORRE II, Pinheiros, São Paulo-SP - SP - Brasil.

A Companhia faz parte do Conglomerado Prudencial Will Bank (ou "Grupo") do qual também fazem parte a Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira"), o Fundo de investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC") e a Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding") e a Will Produtos Ltda ("Will Produtos").

A Will Pagamento, tem como objetivo fornecer soluções de pagamento através da emissão e administração de cartões de crédito internacionais com a bandeira Mastercard, e emissão de moeda eletrônica através do serviço de conta de pagamento 100% digital, sem tarifas e com remuneração de 100% da taxa DI, além de outros serviços de pagamento complementares como transferências, pagamentos de boletos, recarga de celular, PIX e saques através de caixas eletrônicos 24 horas.

A Will Pagamento iniciou suas operações em 01 de dezembro de 2019, sob a ainda denominação Supernova S.A. Instituição de Pagamento, empresa fruto da cisão da Pag S.A. Meios de Pagamento que trouxe consigo o produto Pag! que em dezembro de 2020 possuía mais de 1.5 milhão de cartões emitidos. Em AGE realizada no dia 05 de outubro de 2020, houve a alteração do seu nome empresarial para Will S.A. Meios de Pagamento. A mudança da denominação da empresa vai ao encontro da estratégia do Grupo em desenvolver um novo banco digital com marca forte, direta e simples, que possibilite uma experiência intuitiva e transparente aos seus clientes, ocorrendo concomitantemente com o desenvolvimento do aplicativo Will Bank.

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pelo Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e Conselho Monetário Nacional ("CMN") e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma a Will Pagamento, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou para elaboração dessas demonstrações contábeis os seguintes pronunciamentos contábeis sumarizados abaixo:

Pronunciamento	Resolução
PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	BCB 2/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	BCB 2/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Eventos Subsequentes	BCB 2/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações contábeis de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 02 (R2)
Res. CMN nº 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional

Os números apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e controlada.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Companhia, em 26 de agosto de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

3. Principais práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Will Pagamentos são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As receitas de tarifas e similares, composta principalmente pela taxa de intercâmbio gerada através da utilização dos cartões em compras. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Ativos e Passivos não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor poderá ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias:

i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

ii) Títulos disponíveis para venda

São títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido dentro de outros resultados abrangentes.

iii) Títulos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício e não havendo atualização para o valor justo.

As classificações dos títulos foram alteradas para alinhamento com as diretrizes acima.

f) Recebíveis de cartão de crédito

Os recebíveis de cartão de crédito são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos a perda por redução ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado.

A Administração avalia periodicamente os riscos na realização das contas a receber e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando, principalmente, a expectativa com base no histórico de perdas. Carteiras de crédito da Will Pagamentos tem a classificação de risco atribuída em no mínimo o rating A e sofrem os efeitos de arrasto das operações estão registradas na Will Financeira, seguindo as regras de provisionamento do Banco Central do Brasil (Resolução 2.682).

g) Valor justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo é considerado o preço que seria recebido por um ativo ou pago por um passivo em uma transação celebrada entre partes de uma transação no mercado. Existem três diferentes níveis de hierarquia de valor justo usados para classificação dos instrumentos financeiros, que são descritas abaixo:

Nível 1: quando a avaliação é baseada em preços cotados em mercados líquidos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: a avaliação é baseada em preços observáveis no mercado, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis que podem ser validados;

Nível 3: a avaliação é realizada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. Estas técnicas podem ser: metodologias de fluxo de caixa descontados, avaliação relativa ou outras técnicas semelhantes

h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são transferidos para a Will Pagamento. Estão presentes nesse grupo as despesas diferidas referente ao custo de originação da operação de cartão de crédito. Os custos relacionados ao cartão de crédito são amortizados de forma linear de acordo com a vida do cartão de crédito, com prazo médio de 60 meses.

i) Valores pendentes de liquidação

Os valores pendentes de liquidação estão relacionados a liquidações futuras de serviços ou produtos entre a Will Pagamento e suas contrapartes, inclusive com partes relacionadas.

j) Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto os demais investimentos pelo custo histórico.

k) Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens de imobilizado são: (I) Móveis e utensílios - 10 anos; (II) Máquinas e Equipamentos de Informática - 5 anos; (III) Benfeitoria em imóveis de terceiros - 5 anos; (IV) Instalações - 10 anos; e (V) Veículos - 5 anos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de

forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

l) Intangível

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016. As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também constam no ativo tangível. A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período, com o intuito de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Caso se tenha algum indicativo, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda é reconhecida imediatamente na Demonstração de Resultado do Exercício ("DRE"). O valor recuperável de um ativo é definido como maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

n) Depósitos

Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes. Esses depósitos estão inseridos no contexto normativo de conta de pagamento pré-paga.

o) Relações Interfinanceiras

Representadas pelos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito, sendo os saldos de contas a pagar à bandeira Mastercard, deduzidos das taxas de administração e outras tarifas relacionadas.

p) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos "*pro rata temporis*". Os compromissos contratuais com juros pré-fixados são considerados pelo valor presente, calculado segundo as taxas e prazos contratuais "*pro rata die*".

Atualmente a única modalidade de financiamento no balanço da Companhia é o Arrendamento Financeiro. A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

q) Cessão de recebíveis

A Companhia efetua cessões de crédito à partes relacionadas, de acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09 e alterações, que estabelecem procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificadas em categoria de operações com transferência substancial dos riscos e benefícios

Nesse sentido, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é do título contábil utilizado para registro da operação original e resultado apurado na negociação, positivo ou negativo, é apropriado de forma diferida no resultado do período.

r) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) corrente originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do semestre.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, são calculados no final de cada exercício sobre o prejuízo fiscal e são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre base de cálculo com prejuízo serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional de IRPJ sob o excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais). A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

Em 28.04.2022 foi publicada a medida provisória (MP) n.º 1.115, que alterou a Lei n.º 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A CSLL foi fixada em 16%, até 31.12.2022, nos casos das pessoas jurídicas referidas nos incisos II ao VII do parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar n.º 105/2001. Vale ressaltar que a medida entrou em vigor apenas no 1º dia do 4º mês subsequente ao de sua publicação.

s) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando a Will Pagamento entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda:

- Provável: são reconhecidas provisões no passivo;
- Possível: são divulgados nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e
- Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis

t) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

u) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreu no período apresentado utilizando o método indireto.

v) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação da Will Pagamento é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício aplicável.

w) Resultados recorrentes/não correntes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**a) Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e instrumentos financeiros.

b) Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

i) Vida útil de ativos não circulantes

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

ii) Provisões legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

iii) Perda para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo estas evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do semestre quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidades	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários	56.590	103.942
Depósitos no Exterior em Moedas Estrangeiras	867	–
Total	57.457	103.942

6. Títulos e valores mobiliáriosa) **Composição**

Os instrumentos financeiros estão representados por títulos públicos federais e fundos de investimentos, integrantes da carteira própria da Will Pagamentos e estão classificados nas categorias de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação e disponíveis para venda e podem ser assim demonstrados:

	30/06/2022		
	Vencimento		
	Até 1 ano	Depois 1 ano	Total
1 - Mantidos até o vencimento			
Letras Financeiras do Tesouro	–	111.090	111.090
2 - Mantidos para negociação			
Letras Financeiras do Tesouro e Fundos de Investimentos	43.474	154.516	197.990
2 - Disponíveis para venda			
Letras Financeiras do Tesouro	2.038	–	2.038
	45.512	265.606	311.118
	31/12/2021		
	Vencimento		
	Até 1 ano	Depois 1 ano	Total
1 - Mantidos até o vencimento			
Letras Financeiras do Tesouro	–	105.397	105.397
2 - Mantidos para negociação			
Letras Financeiras do Tesouro e Fundos de Investimentos	22.748	140.939	163.687
2 - Disponíveis para venda			
Letras Financeiras do Tesouro	469	–	469
	23.217	246.336	269.553

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários dentro as categorias acima apresentadas.

b) **Resultado de Títulos e Valores Mobiliários**

	2022	2021
	1º Semestre	1º Semestre
Resultados de cotas de fundos de investimento	15.303	7.732
Rendas de Títulos de Renda Fixa	5.695	–
Total	20.998	7.732

7. Recebíveis de Cartão de Crédito

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a receber cartão de crédito - faturado (a)	469.723	172.347
Valores a receber cartão de crédito - a faturar (b)	1.497.857	1.553.094
(-) Venda de autorizações (c)	(1.151.144)	(941.519)
Total de Recebíveis de Cartão de Crédito	816.436	783.922
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (d)	(6.875)	(11.480)
Total de Provisão para Perdas	(6.875)	(11.480)
Circulante	809.561	772.442
Não Circulante	-	-

(a) Faturas emitidas aos clientes do cartão Pag e Will ainda não vencidas;

(b) Compras realizadas pelos clientes do cartão de crédito que até a data não foram faturados;

(c) A Companhia possui um processo de venda de recebíveis sem direito de regresso junto a Will Financeira, que consiste na antecipação de valores de compras realizadas pelos clientes do cartão de crédito que estão em aberto. Em junho de 2022 registramos nas despesas com vendas de recebíveis o montante de R\$ 69.857 (R\$ 10.232 em junho de 2021).

(d) A provisão para perdas com recebíveis de cartão de crédito é constituída sobre o saldo das operações, com base em uma estimativa elaborada pela Administração.

8. Outros Créditos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas antecipadas (a)	143.625	96.282
Valores a receber - sistema financeiro (b)	208.089	92.185
Valores pendentes de liquidação	166.095	166.428
Impostos e contribuições a compensar	6.988	5.310
Compensação a receber (c)	309.789	312.705
Depósitos judiciais	268	278
Diversos	16.000	9.504
Total	850.852	682.692
Circulante	437.001	203.559
Não Circulante	413.851	479.133

(a) Trata-se principalmente de gastos referentes à aquisição de clientes e seguros contratados a serem amortizados;

(b) Valores pagos antecipadamente para realização de serviços financeiros e recargas de celulares aos clientes ou a receber de outros participantes do sistema financeiro;

(c) Valores a receber por acordo firmado com ex-controladores, relacionados a segregação de saldos da cisão.

9. Investimentos

	<u>30/06/2022</u>				<u>Resultado de Investimentos</u>
	<u>Resultado Líquido</u>	<u>Patrimônio Líquido Ajustado</u>		<u>Investimentos</u>	
			%		
Will Produtos Ltda	(196)	1.804	100	1.804	(196)
Will Holding Financeira Ltda	7.016	366.906	100	366.906	7.016
Total	6.820	368.710		368.710	6.820
	<u>31/12/2021</u>				<u>Resultado de Investimentos</u>
	<u>Resultado Líquido</u>	<u>Patrimônio Líquido Ajustado</u>		<u>Investimentos</u>	
			%		
Will Holding Financeira Ltda	9.361	359.890	100	359.890	9.361
Total	9.361	359.890		359.890	9.361

10. Imobilizado de Uso

a) Composição do Imobilizado

	Saldo em 31/12/2021	1º Semestre 2022		
		Depreciação	Saldo Contábil	Saldo Líquido
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	1.703	(22)	3.691	3.669
Equipamento de Informática	933	(843)	1.302	459
Equipamento de Computação	15.879	(7.879)	18.774	10.895
Instalações	1.603	(1.163)	1.603	440
Máquinas e Equipamentos	2.275	(796)	1.479	683
Móveis e Utensílios	2.132	(1.701)	2.917	1.215
Telefonia	142	(133)	155	22
Veículos	762	(110)	110	-
Total	25.429	(12.647)	30.031	17.383

b) Movimentação Imobilizado

	Saldo em 31/12/2021	1º Semestre 2022			Saldo em 30/06/2022
		Adições	Transferências	Baixas	
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	1.703	4.411	(8)	(2.414)	3.691
Equipamento de Informática	933	371	-	(2)	1.302
Equipamento de Computação	15.879	4.988	-	(2.093)	18.774
Instalações	1.603	-	-	-	1.603
Máquinas e Equipamentos	2.275	-	8	(804)	1.479
Móveis e Utensílios	2.132	786	-	(1)	2.917
Telefonia	142	14	-	-	155
Veículos	762	-	-	(652)	110
Total do Imobilizado - Custo Histórico	25.429	10.570	-	(5.966)	30.031
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	(1.561)	(12)	-	1.551	(22)
Equipamento de Informática	(810)	(35)	-	1	(843)
Equipamento de Computação	(8.618)	(1.336)	-	2.076	(7.879)
Instalações	(1.085)	(78)	-	-	(1.163)
Máquinas e Equipamentos	(1.528)	(65)	-	796	(796)
Móveis e Utensílios	(1.642)	(60)	-	1	(1.701)
Telefonia	(131)	(3)	-	-	(134)
Veículos	(762)	-	-	652	(110)
Total do Imobilizado - Depreciação Acumulada	(16.137)	(1.590)	-	5.078	(12.647)
Total do Imobilizado - Valor Residual	9.292	8.981	-	(888)	17.384

11. Intangível

a) Composição do Intangível

	Saldo em 31/12/2021	1º Semestre de 2022		
		Amortização	Saldo Contábil	Saldo Líquido
Programas de Computadores	366	(107)	644	537
Desenvolvimento interno	49.693	(13.298)	76.544	63.246
Outros	663	-	663	663
Total	50.722	(13.405)	77.851	64.446

b) Movimentação do Intangível

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2022
Programas de Computadores	366	278	–	644
Desenvolvimento interno	49.693	27.307	(456)	76.544
Outros	663	–	–	663
Total do Intangível - Custo Histórico	50.722	27.585	(456)	77.851
Programas de Computadores	(71)	(37)	–	(107)
Desenvolvimento interno	(6.743)	(6.496)	8	(13.232)
Outros	–	(66)	–	(66)
Total do Intangível - Amortização Acumulada	(6.814)	(6.600)	8	(13.405)
Total do Intangível - Valor Residual	43.908	20.984	(448)	64.445

12. Depósitos e Relações Interfinanceiras**a) Depósitos**

Os saldos em depósitos se referem a saldos em conta de pagamento pré-paga, que é um produto Pag! e Will, ofertado aos clientes, por isso a classificação de todo saldo em circulante.

	30/06/2022	31/12/2021
Saldos de Livre Movimentação	35.607	32.789
Saldos Bloqueados	–	196
Total	35.607	32.985
Circulante	35.607	32.985
Não Circulante	–	–

b) Relações Interfinanceiras

As transações parceladas que ocorrem no cartão de crédito, sem juros de transações do cartão de crédito, com prazos máximos de 12 meses, portanto, o saldo a pagar em cada exercício corresponde ao fluxo máximo de um ano.

	30/06/2022	31/12/2021
Valores a liquidar - Bandeira (a)	2.081.352	1.705.280
Valores a Liquidar - Operações	4.551	1.253
Total	2.085.903	1.706.533
Circulante	2.085.903	1.706.533
Não Circulante	–	–

(a) Valores a liquidar - Bandeira: O prazo máximo de recebimento das transações de pagamentos que os clientes executam é de 30 dias contados da data da operação e o prazo médio de liquidação das bandeiras é de 27 dias a partir da data da transação.

13. Provisão**a) Composição**

	30/06/2022	31/12/2021
Passivos Contingentes - Cíveis	2.979	2.354
Total	2.979	2.354

A companhia é parte em ações judiciais em curso normal de suas operações, envolvendo os aspectos tais de natureza cível. Esses assuntos são discutidos nas diferentes esferas e os quais, quando requerido no andamento dos processos, envolvem depósitos judiciais pela Will Pagamento como garantia do processo.

Estas provisões são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportadas pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 30 de junho de 2022 totalizam o valor de R\$ 2.979 (R \$2.354 em 31 de dezembro de 2021). No fim do exercício de 2021, existem ainda processos cíveis de relação de consumo classificado como perda possível, sendo considerado como contingências passivas, no montante de R\$ 456 (R\$244 em 31 de dezembro de 2021).

b) Movimentação

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	2.354	2.138
Constituição	2.084	616
Reversão de provisão	(1.289)	(220)
Baixa por pagamento	(388)	(200)
Atualização monetária	218	20
Saldo Final	2.979	2.354

14. Outras Obrigações

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fiscais e Previdenciárias	1.885	4.642
IOF a Recolher	(16)	5.473
Passivo Fiscal Diferido	10.144	5.758
Obrigações Trabalhistas	27.392	15.129
Credores Diversos - País	27.871	19.974
Valores a repassar - Will Financeira (a)	172.981	251.786
Fornecedores	14.076	6.428
Total	254.333	309.190
Circulante	254.333	309.190
Não Circulante	-	-

(a) Estão representados por valores a repassar para a Will Financeira em decorrência dos valores faturados de créditos a receber, a serem liquidados financeiramente nos meses subsequentes ao balanço.

15. Tributos

a) Conciliação dos encargos de IRPJ e CSLL

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>1º Semestre</u>	<u>1º Semestre</u>
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(85.342)	(36.441)
Resultado antes dos Impostos	(85.342)	(36.441)
Encargo Total do IRPJ e CSLL às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	34.136	14.576
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (1)	(11)	-
Resultado com Equivalência Patrimonial	2.728	-
Demais Despesas Indedutíveis	(1.062)	(630)
Imposto de Renda e Contribuição Social	35.793	13.946
Impostos Diferidos	35.793	13.946

(1) Majoração da alíquota da CSLL impactando a contribuição diferida, a partir de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

b) Despesas Tributárias

	2022	2021
	1º Semestre	1º Semestre
PIS/COFINS	2.872	1.690
ISS	1.548	922
Outras Despesas Tributárias	92	21
Total	4.512	2.633

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos*c.1 Ativos Fiscais Diferidos*

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para contingências cíveis	1.191	942
Provisão para Fornecedores	6.944	3.708
Provisão Valores pendentes	752	4.015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.819	4.592
Total dos créditos sobre diferença temporária	11.706	13.257
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	156.754	115.025
Total IR e CS diferidos ativo	168.460	128.282

c.2 Passivos Fiscais Diferidos

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão Incentivo Mastercard	(10.144)	(5.758)
Total IR e CS diferidos passivo	(10.144)	(5.758)

d) Expectativa de Realização e Valor Presente dos Tributos Fiscais Diferidos

Ano	IRPJ		CSLL		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total	Total
2.022	6.671	-	4.241	-	10.912	10.229
2.023	496	-	298	-	794	681
2.024	-	1.388	-	833	2.221	1.832
2.025	-	4.900	-	2.940	7.840	6.086
2.026	-	11.650	-	6.990	18.640	14.340
2.027	-	17.033	-	10.220	27.253	19.780
2.028	-	22.648	-	13.589	36.236	24.811
2.029	-	28.794	-	17.276	46.070	29.759
2.030	-	11.559	-	6.936	18.495	11.271
Total	7.167	97.971	4.539	58.784	168.460	118.789

O valor presente dos tributos fiscais em 30 de junho de 2022 é de R\$ 118.789 (R\$ 128.283 em 31 de dezembro de 2021), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, utilizando na projeção da Taxa Selic adotada e no método de fluxo de caixa descontado, é possível visualizar o cálculo do valor presente do crédito tributário conforme demonstrado no quadro acima.

16. Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2022, o Capital Social é de R\$ 486.452 (quatrocentos e oitenta e seis milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), composto por 486.452 (quatrocentos e oitenta e seis milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil) de ações ordinárias, sem valor nominal.

Aumento de Capital

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento no Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R \$250.000 na Will Pagamentos, em troca de uma participação minoritária. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding") foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamentos obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021, sendo então a Will Pagamentos a controladora da Will Holding e Will Financeira, onde foi realizado um aporte de aumento de capital no valor do investimento efetuado, com a consequente emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações (preferenciais), processo o qual a Will Financeira estava aguardando a homologação do BACEN, que foi aceito por meio do Ofício 12998/2022-BCB no dia 29 de junho de 2022.

Reserva Legal e de Capital

Constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do semestre, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. No período findo em 30 de junho de 2022, em virtude dos prejuízos acumulados, não foi constituída reserva legal.

Dividendos

O artigo 26º do Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, serão destinados (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, até que se alcance 20% do capital social; (ii) 25% para dividendos aos acionistas; e (iii) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral. Todavia, o art. 27º também prevê que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembléia Geral Ordinária que distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. Nesse sentido, a Companhia não efetuou distribuição de dividendos no exercício, por julgá-lo incompatível com sua situação financeira.

Planos de participação societária futura

A Companhia oferece a colaboradores, administradores e parceiros selecionados, desde que aprovados pelo seu Conselho de Administração, planos de participação societária futura através de venda de opções. Tal plano possui natureza mercantil e objetivo de estimular o desenvolvimento da instituição no médio e longo prazo. As outorgas das operações essencialmente ocorrem em função da fluência do prazo, conforme aplicável.

17. Receitas de Intermediação Financeira e Receitas Operacionais

a) Receitas Financeiras de Operações de Cartão de Crédito

	2022	2021
	1º Semestre	1º Semestre
Multa e Mora (a)	23.443	12.102
Recarga de Celular	934	864
Incentivo Mastercard	–	181
Variação Cambial	916	–
Total	25.293	13.146

(a) Mora 1% a.m. e multa contratual 2% por evento.

b) Receitas Operacionais

	2022	2021
	1º Semestre	1º Semestre
Receita de Intercâmbio (a)	77.422	46.109
Outras receitas operacionais	14.527	–
Outras receitas não operacionais	20	–
Total	91.969	46.109

(a) São representadas pelas taxas geradas através da utilização dos cartões.

18. Despesas de Serviços Financeiros e Despesas Operacionais

a) Despesas de Serviços Financeiros

	2022	2021
	1º Semestre	1º Semestre
Despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.605)	-
Despesas de Juros e Similares	70.694	11.041
Juros sobre financiamento tomado (a)	8	128
Despesas de desconto sobre recebíveis (b)	69.857	10.232
Despesas com descontos concedidos	829	681
Despesas com Tarifas e Similares	10.637	8.985
Despesas com tarifas do sistema financeiro	10.637	8.985
Total	76.726	20.026

(a) Juros sobre o leasing de máquinas e equipamentos;

(b) Taxa de desconto sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito realizados com a Will Financeira, conforme Nota Explicativa 19 - Partes Relacionadas.

b) Despesas Operacionais

	2022	2021
	1º Semestre	1º Semestre
Outras despesas relacionadas a crédito	(29.607)	(26.847)
Custo de Transação (a)	(11.993)	(13.712)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(17.614)	(13.135)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(20.631)	(5.732)
Despesas de pessoal	(57.267)	(26.870)
Proventos e honorários da administração	(35.810)	(16.377)
Encargos Sociais	(10.929)	(5.422)
Benefícios	(8.696)	(4.369)
Outras despesas de pessoal	(1.832)	(702)
Despesas de provisões	(625)	(12)
Depreciação e amortização	(8.189)	(2.856)
Outras despesas administrativas	(18.159)	(24.439)
Despesas de serviços técnicos	(5.271)	(3.911)
Despesas de escritório	(1.847)	(1.663)
Despesas de tecnologia	(30)	(5.042)
Despesas de marketing	(9.067)	(13.650)
Despesas de viagem	(1.064)	(43)
Outras despesas administrativas	(880)	(129)
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.708)	5.988
Perdas com riscos operacionais	(3.132)	(911)
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.576)	6.899
Total	(149.186)	(80.770)

(a) São representadas pelos custos de emissões de cartões, embalagens, remessas e confecção.

19. Partes Relacionadas

	30/06/2022			Total
	Will Financeira	FIDC Recupera	Will Produtos	
Ativo	(1.097.686)	154.516	409	(942.761)
Depósitos Bancários	25.602	–	–	25.602
Títulos e Valores Mobiliários	–	154.516	–	154.516
Valores pendentes de liquidação	27.856	–	409	28.264
(-) Venda de autorizações	(1.151.144)	–	–	(1.151.144)
Passivo	(172.981)	(4.551)	–	(177.532)
Valores a Liquidar	(172.969)	(4.551)	–	(177.520)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(12)	–	–	(12)
Receitas (Despesas)	–	13.577	–	13.577
Resultados de cotas de fundos de investimento	–	13.577	–	13.577

	31/12/2021			Total
	Will Financeira	FIDC Recupera		
Ativo	61.373	140.939		202.312
Depósitos Bancários	32.584	–		32.584
Títulos e Valores Mobiliários	–	140.939		140.939
Valores pendentes de liquidação	28.789	–		28.789
(-) Venda de autorizações	(941.519)	–		(941.519)
Passivo	(251.786)	(1.253)		(253.039)
Valores a Liquidar	(251.786)	(1.253)		(253.039)
Receitas (Despesas)	–	43.522		43.522
Resultados de cotas de fundos de investimento	–	43.522		43.522

Remuneração a Administração

	2022	2021
	1º Semestre	1º Semestre
Honorários de diretores e conselheiros	1.556	1.470

20. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Administração da Companhia mantém um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte e operações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Importância segurada
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	6.000
Danos elétricos	600
Perdas ou pagamento de aluguel (PI seis meses)	300
Responsabilidade civil - operações	100
Responsabilidade civil - empregador	100
Recomposição de registros e documentos	100
Vazamento de tanques ou tubulações	150
Danos morais	30
Equipamentos eletrônicos sem cobertura de subtração	600
Lucros cessantes	1.500

21. Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco busca minimizar efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

a) Risco de Mercado

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros sobre empréstimos e títulos a receber estão mencionadas nas notas explicativas nº 8 e 16, respectivamente.

b) Risco de Crédito

Com relação às Contas a Receber, a Companhia está principalmente exposta a contas a receber de faturas emitidas a clientes.

c) Risco de Liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

d) Risco Operacional

Trata-se da possibilidade de a Instituição sofrer perdas decorrentes de eventos externos ou de falhas, deficiência ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas. Inclui-se ainda o risco legal derivado de eventual deficiência em contratos, sanções associadas a descumprimentos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades executadas pela Instituição.

22. Compromissos

A Companhia tem compromissos firmados por meio de contratos de locação de imóveis. Os referidos contratos possuem cláusulas que definem prazos de renovação e índices de atualização.

23. Resultado Não Recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No primeiro semestre de 2022 não identificamos valores que deveriam ser classificados como resultados não recorrentes.

24. Eventos Subsequentes

No dia 18 de agosto de 2022, foi homologado e publicado no Diário Oficial, nº 157, Seção 3, página 157 a aprovação do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil para a Will Pagamento iniciar o funcionamento como instituição de pagamentos, nas modalidades de emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pago.

will 
BANK